

ENTRE CULTURAS E IDENTIDADES: O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DA AUTOESTIMA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Isabelly Magalhães de Carvalho ¹

Wellington Santos Lima ²

Maria Júlia de Moraes ³

RESUMO

Este artigo analisa como as relações étnico-raciais e a identidade cultural influenciam o desenvolvimento da autoestima de crianças e adolescentes no ambiente escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em estudos de caso, investiga de que modo a percepção e o reconhecimento das próprias origens culturais repercutem na autoimagem dos alunos. O referencial teórico integra as contribuições de Pierre Bourdieu (1979; 1983), sobre racismo internalizado e relações de poder, e de Frantz Fanon (1952; 1961), acerca da alienação cultural, além das perspectivas de Axel Honneth (1992), sobre reconhecimento social, e de Homi K. Bhabha (1994), a respeito do hibridismo cultural. A discussão também incorpora a abordagem de Paulo Freire (1968), que entende a educação como prática emancipatória, relacionando-a à urgência de um currículo multicultural e de práticas pedagógicas inclusivas, em consonância com a Lei 10.639/2003, que institui o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. A transição entre infância e adolescência é considerada uma etapa decisiva para a constituição da identidade e da autoestima, à luz das contribuições de Erik Erikson (1968) e das reflexões de Bhabha (1994) sobre múltiplas pertencas culturais. Os estudos de caso revelam que práticas discriminatórias e processos de marginalização cultural comprometem o desenvolvimento saudável da autoestima, enquanto estratégias de valorização da diversidade e iniciativas de inclusão favorecem um ambiente escolar mais justo e integrador. Conclui-se que o fortalecimento da identidade cultural, associado a ações educativas voltadas para a equidade, é essencial para a formação da autoestima e do sentimento de pertencimento de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Identidade cultural, Autoestima, Relações étnico-raciais, Currículo multicultural, Práticas educacionais inclusivas.

INTRODUÇÃO

1 Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, isabellymagcarvalho@gmail.com ;

2 Graduando pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, welingtonlima@csc.ufsb.edu.br;

3 Graduanda pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, airemestudos@gmail.com.





As relações étnico-raciais e os processos de construção de identidade cultural exercem influência decisiva na formação da autoestima de crianças e adolescentes. No ambiente escolar, tais dimensões tornam-se ainda mais centrais, pois é nesse espaço que os sujeitos vivenciam experiências de reconhecimento, pertencimento e aprendizagem social que contribuem para a consolidação de sua autoimagem. Este artigo busca analisar como a percepção e o reconhecimento das próprias origens culturais interferem no desenvolvimento emocional dos estudantes, observando como práticas pedagógicas inclusivas ou discriminatórias impactam sua formação subjetiva.

A pesquisa está fundamentada em um conjunto de referenciais teóricos que dialogam diretamente com as temáticas de identidade, reconhecimento, cultura e educação. Bourdieu (1979; 1983) contribui para compreender as dinâmicas de racismo internalizado e poder simbólico no espaço escolar; Fanon (1952; 1961) ilumina a compreensão da alienação cultural e do impacto da colonialidade na autoimagem; Honneth (1992) oferece subsídios sobre a centralidade do reconhecimento para o desenvolvimento moral; Bhabha (1994) discute o hibridismo cultural e as identidades fronteiriças; e Paulo Freire (1968) sustenta a perspectiva de uma educação emancipadora e antirracista. Ademais, a fase da infância e da adolescência é compreendida a partir de Erik Erikson (1968), que define este período como crucial para a formação da identidade e para o fortalecimento da autoestima.

O estudo se justifica pela urgência de compreender como fatores étnico-raciais e culturais influenciam a experiência escolar, sobretudo em um país como o Brasil, onde a formação social marcada pela escravidão e pela desigualdade racial ainda repercute no cotidiano das instituições educativas. Busca-se, assim, refletir sobre como práticas pedagógicas baseadas na diversidade e na equidade podem contribuir para ambientes mais saudáveis e integradores, em conformidade com a Lei 10.639/2003, que determina o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

A metodologia adotada — estudos de caso qualitativos — possibilitou analisar situações concretas, vivenciadas por crianças e adolescentes, e identificar como práticas discriminatórias e processos de marginalização cultural afetam o desenvolvimento da autoestima. Os resultados revelam tanto situações de opressão quanto experiências exitosas de





valorização da diversidade, indicando caminhos possíveis para a transformação da prática escolar.

Conclui-se, de maneira geral, que o fortalecimento da identidade cultural aliado a práticas pedagógicas inclusivas é essencial para promover a autoestima, o pertencimento e a saúde emocional de estudantes em processo de formação.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com uso de estudos de caso como principal estratégia investigativa. A escolha desse método permite compreender com profundidade as experiências subjetivas de crianças e adolescentes em diferentes contextos escolares, observando como fatores étnico-raciais e identitários influenciam suas percepções sobre si mesmos.

Foram analisadas situações reais observadas no cotidiano escolar, envolvendo relatos de estudantes e episódios que evidenciam práticas de discriminação, invisibilização cultural ou valorização da diversidade. As análises foram conduzidas à luz dos referenciais teóricos de Bourdieu, Fanon, Honneth, Bhabha, Freire e Erikson, buscando identificar como essas experiências repercutem na construção da autoestima.

O estudo também considera os marcos legais que orientam as práticas pedagógicas voltadas para relações étnico-raciais no Brasil, especialmente a Lei 10.639/2003, que fundamenta a necessidade de inclusão curricular da História e Cultura Afro-Brasileira. As fontes analisadas incluem textos literários, reportagens, narrativas orais e observações interpretativas, todas tratadas segundo princípios éticos de sigilo e respeito à identidade dos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO



1. Identidade cultural e reconhecimento

A identidade cultural é compreendida, neste estudo, como um processo dinâmico que articula elementos sociais, históricos e subjetivos. Nesse sentido, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (1992) é fundamental para compreender como a autoestima se desenvolve nas interações sociais. Para o autor, a ausência de reconhecimento gera formas de desrespeito que comprometem a integridade psíquica dos sujeitos, afetando diretamente sua autoimagem.

Complementarmente, Frantz Fanon (1952; 1961) discute a alienação cultural provocada pelo colonialismo e pelo racismo, evidenciando como tais estruturas podem levar crianças e adolescentes a negar suas próprias raízes. O racismo, quando internalizado, produz sentimentos de inadequação e inferioridade.

2. Hibridismo e múltiplas pertencas

Homi K. Bhabha (1994) contribui ao analisar a identidade a partir da noção de hibridismo cultural, conceito que reconhece o entrelaçamento de diferentes referenciais culturais na constituição dos sujeitos. Tal perspectiva é central para compreender a realidade brasileira, marcada pela pluralidade de origens e pela convivência de identidades múltiplas, especialmente durante a transição da infância para a adolescência, que Erik Erikson (1968) caracteriza como um período decisivo para a formação da identidade.

3. Poder simbólico e racismo escolar

Pierre Bourdieu (1979; 1983) é essencial para compreender como as estruturas escolares reproduzem desigualdades por meio do poder simbólico e da violência simbólica. No contexto das relações étnico-raciais, esse autor ajuda a interpretar como práticas aparentemente neutras podem reforçar hierarquias raciais, marginalizando estudantes negros e indígenas.

4. Educação emancipadora e práticas antirracistas



Paulo Freire (1968) enfatiza que a educação deve ser libertadora, crítica e centrada na realidade dos estudantes. Tal perspectiva reforça a importância de currículos multiculturais e práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem identidades e saberes historicamente subalternizados. A Lei 10.639/2003, nesse contexto, é um instrumento essencial para garantir a abordagem das relações étnico-raciais no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos estudos de caso evidenciam que o desenvolvimento da autoestima de crianças e adolescentes está profundamente condicionado pelas formas de reconhecimento presentes no ambiente escolar. As experiências relatadas mostram que a ausência de representatividade, o preconceito racial e a desvalorização das identidades culturais atuam diretamente na construção da autoimagem dos estudantes, revelando que a escola pode tanto reproduzir desigualdades históricas quanto promover processos de emancipação.

As observações indicam que a invisibilização das origens culturais dos alunos se configura como forma de violência simbólica, conforme discute Bourdieu (1979). Quando crianças e jovens não se reconhecem nos conteúdos, nas referências visuais, nas narrativas históricas e nos exemplos valorizados pela escola, passam a internalizar uma percepção negativa de si, entendendo que suas experiências e pertencimentos não são socialmente validados. Esse processo dialoga com Fanon (1952), que explica como a alienação cultural leva o indivíduo a incorporar padrões que o afastam de sua própria identidade, gerando sentimentos de inadequação e fragilidade emocional.

Os episódios de discriminação observados nos contextos estudados também reforçam a vulnerabilidade emocional dos estudantes. Comentários depreciativos, apelidos relacionados a características fenotípicas e atitudes de inferiorização afetam especialmente adolescentes, fase em que, segundo Erikson (1968), a constituição da identidade psicossocial é central. A falta de intervenção adequada por parte da escola contribui para que esses eventos ganhem força e





se tornem parte do cotidiano, aprofundando a insegurança, o isolamento e o sentimento de não pertencimento.

Apesar disso, os resultados mostram que práticas pedagógicas fundamentadas no reconhecimento e na valorização da diversidade produzem efeitos positivos relevantes. A introdução de conteúdos que abordam a história e cultura afro-brasileira, atividades de expressão identitária e ações que incentivam a autoestima, quando implementadas de maneira contínua, transformam a relação dos estudantes com o espaço escolar. A teoria do reconhecimento de Honneth (1992) ajuda a compreender esse processo: ao serem vistos, ouvidos e valorizados, os alunos desenvolvem autoconfiança, autorrespeito e sentimento de estima social.

Também se observa que, ao considerar as identidades culturais como múltiplas e dinâmicas, conforme propõe Bhabha (1994), a escola contribui para que crianças e adolescentes compreendam suas próprias trajetórias de maneira mais ampla, reconhecendo que pertencem a diferentes espaços, culturas e narrativas. Essa perspectiva favorece a construção de uma identidade mais flexível e fortalecida, especialmente em contextos marcados por relações interculturais e experiências de hibridismo.

As práticas dialogadas e a valorização da experiência dos estudantes, inspiradas na pedagogia emancipatória de Freire (1968), demonstraram ser fundamentais para a superação de situações de silenciamento e invisibilidade. A criação de espaços de diálogo, rodas de conversa e atividades de reflexão crítica permitiu que os estudantes ressignificassem episódios de discriminação, compreendendo-os não como falhas individuais, mas como fenômenos estruturais que podem e devem ser enfrentados coletivamente. Tais práticas reforçam a importância da Lei 10.639/2003, que, ao exigir o ensino da história e cultura afro-brasileira, contribui para a construção de currículos mais inclusivos e representativos.

De maneira geral, os dados analisados revelam que práticas discriminatórias e processos de marginalização cultural têm impacto direto e negativo na autoestima de crianças e adolescentes, comprometendo seu desenvolvimento emocional, social e escolar. Por outro





lado, ações educativas baseadas na valorização da diversidade, no reconhecimento identitário e em práticas pedagógicas inclusivas demonstram potencial transformador, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para a construção de uma autoimagem mais positiva. Conclui-se que o ambiente escolar, quando orientado por perspectivas críticas e plurais, desempenha papel central na formação da autoestima e na garantia de trajetórias educativas mais justas e equitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a autoestima de crianças e adolescentes é diretamente influenciada pelas relações étnico-raciais e pelos processos de reconhecimento cultural presentes no ambiente escolar. Os estudos de caso demonstraram que práticas discriminatórias, a invisibilização de identidades e a ausência de representatividade comprometem a formação da autoimagem dos estudantes, produzindo impactos emocionais e sociais que se estendem para além do espaço escolar. Esses resultados confirmam as discussões de Bourdieu (1979; 1983) e Fanon (1952; 1961), que indicam como estruturas de poder e mecanismos de alienação cultural moldam subjetividades e reforçam desigualdades históricas.

Por outro lado, as experiências analisadas evidenciam que ações pedagógicas fundamentadas na valorização da diversidade, na escuta ativa e no reconhecimento das identidades culturais desempenham papel decisivo na construção de trajetórias mais positivas. Quando o ambiente escolar se orienta por práticas inclusivas e promove a participação dos estudantes como sujeitos de sua própria história, observa-se fortalecimento da autoestima, maior autonomia e desenvolvimento de um sentimento de pertencimento. A perspectiva do reconhecimento, conforme discutida por Honneth (1992), revela-se essencial para entender como crianças e adolescentes constroem sua autoconfiança a partir da forma como são vistos, acolhidos e valorizados.

As reflexões propostas por Bhabha (1998) também contribuíram para ampliar a compreensão de identidade cultural como processo dinâmico, marcado pelo hibridismo e pela





multiplicidade de pertencimentos. Nesse sentido, a escola se apresenta como espaço onde essas identidades podem ser exploradas, afirmadas e integradas, desde que haja intencionalidade pedagógica e compromisso ético com a diversidade. A pedagogia emancipatória de Freire (1968) reforça essa perspectiva ao defender uma educação dialógica, crítica e capaz de transformar a relação do estudante consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Os resultados encontrados enfatizam ainda a importância de políticas educacionais como a Lei 10.639/2003, que institucionaliza o ensino da história e cultura afro-brasileira e reafirma o papel da escola na promoção da equidade. A implementação efetiva dessa legislação se mostra fundamental para garantir currículos mais inclusivos, que representem as diversas identidades presentes na sociedade brasileira e contribuam para superar desigualdades estruturais.

Diante do exposto, conclui-se que o fortalecimento da identidade cultural, aliado a práticas pedagógicas inclusivas e ao compromisso com a justiça social, constitui elemento indispensável para o desenvolvimento saudável da autoestima de crianças e adolescentes. A escola, enquanto espaço formativo e socializador, tem responsabilidade central nesse processo, podendo se tornar ambiente de enfrentamento ao racismo e de promoção de novas possibilidades subjetivas.

Por fim, ressalta-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a relação entre identidade, reconhecimento e práticas pedagógicas, especialmente considerando diferentes contextos escolares e realidades socioculturais. Investigação contínua nesse campo pode contribuir para o aprimoramento de políticas públicas, formação docente e estratégias pedagógicas capazes de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação verdadeiramente democrática, plural e emancipadora.

REFERÊNCIAS





BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 1979.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 1968.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 1992.

